

# Educação sexual: o papel escolar frente a compreensão da infância e a tempestividade didática

## **Thayane Thayonara de Andrade**

*Bacharela e Licenciada em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. Especialista em andamento em Terapia Cognitivo Comportamental pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Especialista em andamento em Educação Especial Inclusiva e Transtorno do Espectro Autista (TEA) pela Educaminas.*

## **Thayná Thayonaly de Andrade**

*Graduada em Enfermagem pela Universidade Potiguar. Especialista em andamento em Enfermagem do Trabalho na Faculdade Venda Nova do Imigrante. Especialista em andamento em Enfermagem em atenção primária na Estratégia Saúde da Família na DNA Pós-Graduação.*

## **Ruthellys Bandeira Oliveira**

*Graduada em Enfermagem pela Universidade Potiguar. Especialista em andamento em Saúde da Mulher na Faculdade Qualis. Especialista em andamento em Enfermagem em atenção primária na Estratégia Saúde da Família e Enfermagem do Trabalho na DNA Pós-Graduação.*

## **Vitória de Lima Oliveira**

*Graduada em Enfermagem pela Universidade Potiguar. Especialista em andamento em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família e Comunidade pela Faculdade Educamais.*

## **Jorgeanny Tâmara Dantas Gomes**

*Formação em Psicologia pela Universidade Potiguar. Especialista em andamento em Neuropsicologia na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. Docente na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.*

## **Emerson Pereira da Silva**

*Graduado em Enfermagem pela Universidade Potiguar.*

## **Andressa de Souza Maso**

*Graduada em Enfermagem pela Universidade Potiguar. Especialista em andamento em Enfermagem do trabalho na DNA Pós-Graduação.*

## **Maycon da Silva Lídio**

*Graduado em Enfermagem pela Universidade Potiguar. Especialista em Saúde Pública pela Facuminas, especialista em andamento em enfermagem do trabalho pela Facuminas e especialista em enfermeiro auditor pela DNA Pós-graduação.*

## **Wyclifis Kielling Batista Jales**

*Graduado em enfermagem pela universidade potiguar. Especialista em andamento de enfermagem em unidade de terapia intensiva pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante, especialista em andamento de enfermagem em saúde pública na DNA Pós-Graduação e docente na central de cursos de Apodi no Rio Grande do Norte.*

## **Débora Luana Falcão dos Santos**

*Graduada em Enfermagem pela universidade potiguar. Especialista em andamento em enfermagem do trabalho na DNA Pós-Graduação. Especialista em andamento em Saúde da família pela Faveni.*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.87.5

## RESUMO

Diante das especificidades das práticas pedagógicas eficazes dentro da contemporaneidade, e as demandas impostas no âmbito educacional, na emergência de uma melhor desenvoltura escolar, este artigo busca compreender o trâmite pedagógico que envolve a linha tênue entre a educação sexual na sala de aula e as dinamicidades que incapacitam o corpo docente nesse fazer diante da sua prática, a partir de uma revisão de literatura sobre o modelo educativo necessário e evolutivo. O objetivo deste artigo presume discorrer algumas das práticas exitosas acerca dessa percepção, assim como, propor reflexões para uma melhor eficácia de ensino-aprendizagem no constructo de aprimorar a interdisciplinaridade escolar. Os resultados evidenciados a partir dos estudos apresentados evidenciam carência no modelo educativo vigente, considerando assim, que deve ser dada uma maior importância à temática da sexualidade, propiciando estímulos funcionais para a obtenção de um melhor desempenho escolar, tornando considerável e relevante o diálogo sobre o tema e reflexão de temas transversais.

**Palavras-chave:** educação sexual. didática. formação profissional. desenvolvimento educacional. sexualidade.

## ABSTRACT

Given the specificities of effective teaching practices in contemporary times, and the demands imposed in the educational field, in the emergence of a better school performance, this article seeks to understand the pedagogical process that involves the fine line between sex education in the classroom and the dynamics that incapacitate the teaching staff in this practice, from a literature review on the necessary and evolving educational model. The objective of this article is to discuss some of the successful practices regarding this perception, as well as to propose reflections for a better teaching-learning efficiency in the construct of improving school interdisciplinarity. The results evidenced by the studies presented show a lack in the current educational model. By means of a methodology involved in the prism model, it was concluded that greater importance should be given to the theme of sexuality, providing functional stimuli for better school performance, making the dialogue on the theme and reflection on transversal themes considerable and relevant.

**Keywords:** sex education. didactics. vocational training. educational development. sexuality.

## RESUMEN

Frente a las especificidades de las prácticas pedagógicas efectivas dentro de la contemporaneidad, y las exigencias impuestas en el ámbito educativo, en la emergencia de un mejor rendimiento escolar, este artículo busca comprender el procedimiento pedagógico que implica la fina línea entre la educación sexual en el aula y las dinámicas que incapacitan al profesorado en esta práctica, a partir de una revisión bibliográfica sobre el modelo educativo necesario y en evolución. El objetivo de este artículo supone discutir algunas de las prácticas exitosas sobre esta percepción, así como, proponer reflexiones para una mejor eficacia de la enseñanza-aprendizaje en el constructo de mejorar la interdisciplinariedad escolar. Los resultados evidenciados de los estudios presentados muestran una carencia en el modelo educativo actual, por lo que se considera que se debe dar mayor importancia al tema de la sexualidad, proporcionando estímulos funcionales para obtener un mejor rendimiento escolar, haciendo considerable y relevante el diálogo sobre el

tema y la reflexión de los temas transversales.

**Palabras-clave:** educación sexual. didáctica. formación profesional. desarrollo educativo. sexualidad.

## INTRODUÇÃO

*“Não sei como preparar o educador. Talvez que isto não seja necessário e nem possível [...] É necessário acordá-lo”. “E, para acordá-lo, uma experiência de amor é necessária” (Rubem Alves).*

Durante as primeiras décadas do século XX, iniciaram-se estudos acerca da sexualidade humana e o seu entorno frente às questões educacionais. Desde a sua compreensão e comportamentos sexuais, como do desenvolvimento de aportes científicos que abarcassem a discussão, fomentando assim, espaço para falar sobre o assunto que até então era estigmatizado como tabu (RIBEIRO, 2009, p. 129).

“Em dez mil anos de história, a relação sexo - humanidade sempre foi extremamente complexa, pois envolveu (e envolve) questões sociais, culturais, religiosas e psicológicas, construídas historicamente, determinadas diferentemente em cada povo e época” (RIBEIRO, 2005, p. 1). Dessa forma, a sexualidade pode ser compreendida por um processo de aprendizagem e experiências socioculturais que fazem alusão à temáticas diversas, tais como: prazer, qualidade de vida, manifestação dos impulsos, representação de desejo do sujeito, influências culturais, valores morais, religiosidade, repressão pela busca de um objeto sexual e a reprodução humana.

Em suma, Ribeiro (2005) acresce quando sintetiza que, a sexualidade é um conceito amplo para caracterizar, porém retrata alguns pontos que especificam o assunto, como um conjunto de sentimentos, emoções, percepções e os fatos correlacionados aos mesmos, vinculados ao sexo ou à vida sexual de cada indivíduo. E que por racionalidade do sujeito, hoje é atribuído à sexualidade não somente a perpetuação da espécie nela obtida, como também aparatos nos quais, o prazer é o seu objeto de estudo principal.

A partir dessas pragmáticas, notou-se a necessidade de inserir recursos e dispositivos que disseminassem a temática da educação sexual, porém, seu início ocorreu informalmente numa prática pedagógica em instituições sociais, como forma de combater o descontrole epidemiológico prevalente no século vigente, ancorados fortemente em discursos religiosos, e pressupostos que envolviam medidas estratégicas para com o controle higiênico e sanitário público, que em tese, mostrava-se caótico e desumano (FURLANETTO, 2018).

Nessa perspectiva, entende-se que a imposição da prática de ensino relacionada, como foi explanado, tinha caráter reparativo e de reinserção do indivíduo no meio após seus devidos cuidados. Vieira (2017) discorre sobre a potencialidade do reconhecimento desses estudos, visto como, utilidade frente à saúde pública. Ressalta ainda, a relevância estruturadora do tema e sua dimensão, quando atrelado à formação educativa em consonância ao percurso de identidade dos sujeitos no processo de aprendizagem.

As práticas associadas a implementação da educação sexual, promovem muito além de um diálogo necessário e educador. Perpassam informações e garantem mais autonomia do su-

jeito, tanto no quesito do exercício da sexualidade com segurança, como também, na redução de possíveis danos e consequências indesejáveis advindas de suas vivências sexuais. (ALENCAR, 2008).

O presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, de caráter argumentativo. O processo de busca dos embasamentos teóricos foi realizado de setembro à novembro de 2021 nas seguintes bases de dados: Scielo, Google Acadêmico, Lilacs. Os critérios de inclusão dos estudos necessitavam serem de domínio nacional. Os descritores que abarcaram a busca estavam em torno de temáticas como educação sexual, sexualidade, formação de professores continuada, orientação sexual, gênero e educação.

Inicialmente, foram feitas buscas mais generalistas sobre o tema, nos quais buscavam aportes mais significativos que explanassem de forma dinâmica e esclarecedora o tema que ainda hoje é difícil de perceber na sua prática estudantil. Os critérios de exclusão foram os estudos pelos quais não obtinham tradução para língua portuguesa, assim como, eram desconexos com o tema em questão.

O presente artigo busca primordialmente explicitar a temática da educação sexual no ambiente escolar como um todo, subdividido em três seções afim de facilitar o entendimento sob a temática de forma clara e coesa. O seu objetivo presume discorrer algumas das práticas exitosas acerca dessa percepção, assim como, propor reflexões para uma melhor eficácia de ensino-aprendizagem no constructo de aprimorar a interdisciplinaridade escolar.

## DESENVOLVIMENTO

### O papel da escola frente essa dinamicidade e o modelo educacional vigente

*Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda” (Paulo Freire)*

De acordo com Caldeira (2018) A educação sexual é uma das áreas que ocupa lugar de interesse quando relacionado ao âmbito das políticas públicas. É irrefutável o papel de que, esta demanda acarreta para um melhor desempenho do sujeito, quando correlacionado ao crescimento interpessoal, alcance da comunicação, valoração moral, respeito, autoconfiança, assertividade, autoestima e o reconhecimento para com o outro indivíduo. “As atitudes e valores, comportamentos e manifestações ligados à sexualidade que acompanham cada indivíduo desde o seu nascimento constituem os elementos básicos do que denominamos educação sexual. Tem um caráter não intencional e existe desde o nascimento” (MAIA, 2011, p. 76)

Vitiello (1995) intervém à pragmática de levar o conceito e as diretrizes da educação sexual ao seu sentido explícito em teorias já publicadas e em discursos perante a lei. Porém retrata que, também se faz necessário os preceitos que corroboram no que diz respeito às formas como são orientadas, informadas, aconselhadas e educadas tais maneiras. Não basta expor informações de cunho sexual, de forma isolada, mas sim, instruir mediante um contexto mais ordenado e de forma elaborada. Não somente orientar, mas analisar recursos que proporcio-

ne conhecimentos mais eficazes, tornando os estudantes aptos para discutir sobre. Aconselhar além do presumido, proporcionar ao sujeito, a ajuda necessária para que possa decidir sobre algo. Elencar possibilidades. E por fim, educar. Educar em seu sentido mais amplo. Em relação a formar o indivíduo, propiciar ao educando condições e meios para seu aprendizado. Diante destes preceitos, torna-se imprescindível o preparo desses profissionais, tornando área de interesse de estudo por eles.

A tarefa de tornar acessível e real, parte da premissa dessa formação docente, assim como, a preocupação em fazer funcionar. Visto que, a educação está inserida em todos os espaços, e independente da forma como essa troca acontece, é indiscutível o papel dela em nossa formação.

Maia (2011) abrange diversas propostas de educação sexual onde convergem pontos centrais da educação sexual, em relação às medidas preventivas da saúde sexual e reprodutiva dos educandos, discussões sobre relacionamentos, sexo, gênero e identidade sociais. Ressaltando as pragmáticas que incluem o respeito à diversidade sexual, a cidadania e os direitos humanos.

**Tabela 1 - Pontos Centrais das Propostas da Educação Sexual nas Escolas**

Implementação sistemática	O programa de educação sexual em uma escola, deve-se desenvolver debates e discussões com todos os envolvidos: diretores, professores, técnicos, funcionários, etc.
Planejamento Pedagógico	Deve obter, primeiramente, aceitação e colaboração de todos agentes educativos que atuam com o grupo que irá participar do programa. Para que o educador possa lidar com as questões de forma 'natural', qualquer que seja a área de sua disciplina, ele precisa estar interessado no tema, sentir-se bem para falar de sexualidade e ter uma atitude positiva e sadia em relação a ela.
Integração Família-Escola	Participação dos pais acerca de debates e discussões, assim como corresponder às demandas da comunidade e não exclusivamente à vontade do educador.
Capacitação do Corpo Docente	O educador deve estar tecnicamente capacitado, isto é, provido de informações científicas atualizadas provenientes de fontes fidedignas; quando o assunto for polêmico ou muito específico o educador pode – e deve – recorrer a um especialista (médico, biólogo, sexólogo) para falar do assunto.
Recursos Disponíveis	O educador deve usar vários recursos, especialmente aqueles mais adequados à população dos educandos: vídeo, dramatizações, dinâmicas, recortes de jornal, projeção de slides, fantoches, massa de modelar, bonecos, etc. O grupo interessado deve sentir-se co-responsável pelo programa, o que favorece uma maior interação, participação e apreensão dos temas abordados.

**Fonte: Adaptação de Maia (2011)**

Maia (2011) acresce ainda mais à temática quando relata que esse direito à informação e à educação sexual é conectivo importante no que condiz aos direitos sexuais. Onde fazem parte dos Direitos Humanos, fazendo da escola, parte essencial diante destas discussões. Em seguida, uma tabela detalhando estes aspectos citados.

**Tabela 2 - Direitos Sexuais dispostos nos Direitos Humanos**

Direito à Liberdade sexual
Autonomia Sexual
Integridade Sexual
Segurança do Corpo
Privacidade Sexual
Liberdade Sexual
Prazer Sexual
Expressão Sexual
Livre Associação Sexual
Escolhas Reprodutivas Livres e Responsáveis
Informação Baseada no Conhecimento Científico
Educação Sexual Compreensiva
Saúde Sexual

**Fonte: Adaptação de Maia (2011)**

“A cada dia, torna-se fundamental que a escola abra suas portas para essa discussão. A sexualidade está presente em todas as faixas etárias. Normalmente, o que acontece é a negação por parte da sociedade, e, por não saber como lidar, dos professores e profissionais de saúde” (RIBEIRO, 2007, p. 377).

Sua inserção no meio escolar viabilizou possibilidades de discussões pertinentes e relevantes para o público em questão. Privilegiando o setor escolar como oportunidade de promoção interveniente do processo educativo, não restringindo a um único público, mas desde o corpo discente, docente e aos que envolvam o mesmo (CALDEIRA, 2018, p. 1149).

“Educar é compartilhar conhecimentos, é conduzir as pessoas a se tornarem cientes de fatos, adotando postura crítica a ponto de mudar sua própria visão de mundo. Não existe uma fórmula para que a educação aconteça. Educar envolve o aprender e, para isso, basta existir um sujeito que se relacione com seu meio. Por esta razão, educação não é sinônimo de ensino escolar” (SOUZA, 2020, p. 3).

Vitiello (1995) explicita o conceito de educação sexual de forma sucinta, ao descrevê-la como conceito intrínseco do processo formativo, voltado para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade de cada um. O comportamento coerente para defrontar-se perante possibilidades que venham a surgir, a forma de se dispor frente aos fatos e fatores pelos quais se expressam, e a maneira como interage e se comporta às situações decorrentes em seu cotidiano.

Como expressa Figueiró (2009, p.163):

“A educação sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude do educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo, o direito a vivenciar o prazer”.

“Ficando dito que a educação sexual é a preparação do indivíduo para a vida sexual, importa agora refletirmos sobre os seus objetivos, pois afinal quem educa o faz com uma deter-

minada finalidade” (VITIELLO, 1995, p. 21). Dessa forma, a educação sexual no espaço escolar deveria, sobretudo, se sobressair às informações, e tomar um papel mais atuante, de forma a garantir uma transformação no processo de educação, abrangendo um público cada vez mais numeroso.

Contudo, falar sobre sexualidade, embora seja uma necessidade ininterrupta, ainda faz referência a um tema de grande fragilidade. Levando em conta que, os investimentos em áreas desse aspecto são baixos e de pouca visibilidade e retorno financeiro. “A sociedade atual tende a reprimir assuntos relacionados à sexualidade, enquadrando-a em estruturas sociais, ofuscando sua representação e identidade, avigorando tabus e deixando de refletir sobre os inúmeros significados que envolvem o tema” (SOUZA, 2020).

Levando em consideração que, a temática da educação sexual entrou em questão no plano pedagógico das escolas, associado ao controle epidemiológico característico do século, afim de cessar os embates da saúde pública, buscaram-se estratégias para abarcar a discussão. Com a implementação de prerrogativas fundamentais, onde visam acessibilidade à temática de forma íntegra e global ao ser humano em formação, foi preciso então, instrumentalizar a partir de então, criticidades ao docente, para que possa lidar com as possíveis dificuldades resultantes. Sendo possível com o avanço político, os direitos sexuais e reprodutivos, assim como, a sexualidade, repercutindo assim como problemáticas referenciais. Para além do caráter biológico do ser, agora então era compreendido como uma prática aliada à saúde, seja ela física ou mental (FURLANETTO, 2018, p. 552).

A partir de então, foi regulamentada parâmetros legais para implementar os enquadramentos da lei mediante a dinamicidade escolar. Considerando os aspectos práticos essenciais, foi aprovada a Lei n.º60/2009, na qual estabelece a obrigatoriedade da aplicação da educação sexual na grade curricular escolar, no meio básico e secundário de ensino. Buscando sistematizar um melhor programa de ensino e que ao mesmo tempo centrasse nas necessidades e demandas que surgissem no ambiente estudantil.

“Com esta lei as escolas viram-se confrontadas com uma nova realidade: a necessidade e obrigatoriedade de implementar a Educação Sexual. Os atores destes contextos educativos foram assim confrontados com uma lei que lhes exigia novas competências e novos papéis, mas acima de tudo com dúvidas: como passar do Legislativo à prática? Educar para uma vida sexual ativa, verdadeira e consciente é da responsabilidade de todos. Os principais intervenientes na ES dos adolescentes a nível da construção de um sistema de valores, de atitudes e de condutas no âmbito da sexualidade são a família, os amigos, a escola, os profissionais de saúde e os meios de comunicação social. É assim necessário que pais, professores, técnicos de saúde, pares e demais profissionais atuem num processo de interação constante, formando e informando os adolescentes, permitindo-lhes a possibilidade de escolhas assertivas.” (FURLANETTO, 2018, p. 1150)

Dentre as contribuições políticas, destacaram-se algumas questões. A relação aos direitos humanos, a liberdade sexual, saúde e a educação. Enfatizando assim, responsabilidade do Estado, em facilitar o acesso à essas informações e garantir ações que abrangessem a saúde sexual e reprodutiva, a contextos mais amplos e que pudessem reunir com temáticas que já fossem trabalhadas, como por exemplo, o planeamento familiar, utilização dos métodos contraceptivos, aborto seguro (assegurando-lhes de acordo com as leis que intitulam o processo permitido com segurança), aconselhamento, assim como, serviços ginecológicos e obstétricos (FURLANETTO, 2018).

O despertar em educar sobre, diz muito sobre a pragmática em pauta, Oliveira (2020, p.

## 5) relata acerca da formação continuada do corpo docente quando relata que

“Há uma lacuna na formação inicial das professoras que hoje atuam nas instituições de Educação Infantil, quanto à educação sexual. Portanto, para além da necessidade de se “rever” os currículos de cursos de licenciatura, deve-se também investir em políticas públicas de formação continuada que tratem do tema, pois, embora negada, a sexualidade se faz presente na escola e na Educação Infantil”.

É cabível salientar que talvez uma das barreiras em falar sobre a educação sexual, seja propiciar um diálogo leve e sem qualquer constrangimento, seja por parte do educador ou do educando. Como fonte de informação segura, técnica e passível de flexibilidade. E o ambiente escolar propicia de certo modo, este manuseio e trocas afetuosas de opiniões.

“Uma educação sexual adequada deveria fornecer informações e organizar um espaço onde se realizariam reflexões e questionamentos sobre a sexualidade. Deveria esclarecer sobre os mecanismos sutis de repressão sexual a que estamos submetidos e sobre a condição histórico-social em que a sexualidade se desenvolve” (MAIA, 2011, p. 79).

A criança passa horas da sua rotina inserida neste ambiente, convivendo, interagindo e por meio dele no qual iniciam os primeiros contatos com a sexualidade ou a busca da mesma: o primeiro beijo, o iniciar da paquera, a troca de olhares, a descoberta de uma orientação, a repulsa de alguns agentes que envolvam a sexualidade em si, até mesmo as suas preferências e seus limites.

“Deveria também ajudar as pessoas a ter uma visão positiva da sexualidade, a desenvolver uma comunicação mais clara nas relações interpessoais, a elaborar seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, a compreender melhor seus comportamentos e o dos outros e a tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual. Acreditamos que essa postura crítica é fundamental para a formação de atitudes preventivas e saudáveis sobre a sexualidade” (MAIA, 2011, p. 79).

Anastácio (2007) corrobora quando discorre sobre as implicações que a educação sexual reverbera nas escolas, assim como, constata que a dinamicidade em retratar sobre, implica diretamente no resultado das concepções obtidas e suas representações acerca da temática

“Como em todos os caminhos em que o percurso é sinuoso, a motivação e o empenho dos diversos intervenientes são imprescindíveis. Só com equipes motivadas e preparadas se pode encetar um caminho que se antevê difícil. Uma questão que se exige é conhecer as necessidades de formação dos professores, para que a Educação Sexual se realize como legislado e os motive em direção à mudança das suas concepções”.

“Por conseguinte, para avançarmos nos quesitos que abrangem a sexualidade na educação, é necessário olhar a educação sexual como qualquer outra fonte de educação que distingue representações e valores para cada indivíduo” (SOUZA, 2020). É necessário e imprescindível investir neste campo que acarreta atributos a um melhor desenvolvimento do indivíduo enquanto sujeito formador de saber. Possibilitando-o na aquisição de uma maior compreensão das questões que envolvam a temática, tão imponente e incrustado em nossa sociedade.

## As incapacidades no fazer teórico-prático na formação do corpo docente e reflexões eficazes

“A escola tem um potencial enorme como educadora sexual secundária. [...] Deveríamos fazer dessa instituição educativa um veículo de expansão de uma mentalidade nova sobre a sexualidade” (ISABEL GUIMARÃES)

A prática docente e a construção da sexualidade, frente à normatividade circunscrita,

inviabilizou durante muito tempo, e conseqüentemente engessou a prática, restringindo-na em uma visão especificamente biológica e preventiva do ser humano.

“Quando esta educação sexual deixa a esfera dos processos sócio culturais amplos e abrangentes que fazem parte da história de vida dos indivíduos e da história geral da humanidade, e é transformada em objeto de ensino e orientação, com planejamento, organização, objetivos, temporalidade, metodologia e didática, ela se afunila e restringe sua ação à escola, transformando-se em uma educação sexual escolar, que exige preparação e formação de profissionais para atuar nesta área.” (MAIA, 2011, p.76).

Tornou em grande parte excludente a visão relacional e histórica do indivíduo sobre o seu próprio corpo e a construção intrínseca de sua sexualidade. (MOLINA, 2018). “A educação sexual, de processo cultural indistinto se torna um campo de conhecimento e aplicação, com planejamento de ações, tempo e objetivos limitados, elaboração de programas e intencionalidade” (MAIA, 2011, p. 76)

De acordo com Barbosa (2019, p. 223) “Apesar da importância e necessidade de discutir questões relacionadas à sexualidade no contexto escolar, o tema ainda é enfrentado como um desafio pelos docentes”. Assim, a implementação da educação sexual vai além de temáticas que perpassam a interdisciplinaridade. Ela não se restringe à aula metódica de biologia, a fisiologia do corpo humano e sua anatomia propriamente dita.

Como Souza, delimitou (2020, p. 98): “A educação pode existir fora da escola, uma vez que o envolvimento social permite a transferência do saber de uma geração para outra, sem se preocupar com um modelo de ensino”. Abordar a sexualidade para além dos parâmetros pela busca de expressão interpessoal, proteção e a garantia da continuidade dessas informações. Precisa-se mais do que promoção de saúde. É cabível a implementação de métodos discutíveis e acessíveis para o fortalecimento do processo de ensino aprendizagem.

Busca um espaço em que haja diálogo sobre um conjunto de preceitos sobre o nosso organismo e a inter-relação com nossa mente. Maia (2011) discorre genuinamente ao abordar a instrução adequada para trabalhar a temática vigente, quando correlaciona que a implementação da educação escolar precisa ser um processo intencional, planejado e organizado.

Proporcionando conhecimento, reflexão e questionamentos. Tais como: mudança de atitudes, concepções e valores. Assim como promover um desenvolvimento ativo desses cidadãos, frente ao combate de instrumentalizações ativas, preconceitos enraizados de caráter transgeracional, e discriminações de gêneros.

“Para que os professores possam compreender a manifestação da sexualidade de seus alunos e educá-los em relação a isso é preciso que tenham clareza tanto da abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade quanto da compreensão científica do desenvolvimento psicosssexual. Esta formação deverá instrumentalizar criticamente o professor para que possa lidar com as dificuldades naturais resultantes dos tabus e preconceitos inerentes ao sexo, ao gênero e à orientação sexual” (MAIA, 2011, p. 80).

Uma conversa mais complexa, que aborde sobre o que é orientação sexual, o ser menino e menina. Sobre vontades e permissibilidade. O que é o nosso corpo e o que ele pode abarcar. Sobre o ser mãe e sobre as conjunturas que permeiam a gravidez, o parto e suas particularidades. “Educar sexualmente é criar espaço para a pessoa rever seus preconceitos e tabus, aprender os conhecimentos e as informações necessárias, e especialmente, oportunizar a expressão de sentimentos, angústias e dúvidas acerca da sexualidade” (FIGUEIRÓ, 2020)

Figueiró (2001, p. 19) relata sobre o reconhecimento do papel da educação e do educador no processo de transformação social e indaga presunçosamente a seguinte questão:

“Se pensarmos que a finalidade maior da Educação Sexual é contribuir para que o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele esteja apto a participar da transformação social (em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade), podemos concluir que o professor que ensina, de forma humanizadora, sobre sexualidade está sendo mediador de esperanças e de projetos de vida”.

O professor não precisa ser um especialista na área, para que consiga abordar uma temática específica, requer apenas como educador, propiciar convenientemente um diálogo aberto e fluido, mostrando disponibilidade aos possíveis questionamentos, assim como, esclarecer questões emergentes e dúvidas embaraçosas. (CALDEIRA, 2018).

## Compreensão da criança acerca da temática e sua caracterização

*“Quando crianças, nós não conhecemos limites. Num curto período de tempo, aprendemos a falar sem nunca antes termos falado coisa alguma. Aprendemos a andar com nossos membros frágeis para explorar o mundo sem nunca antes termos dado um passo sequer. Aprendemos a observar, a reconhecer, a alegrarmo-nos, a sofrer, e continuarmos nossas experiências de explorações e descobertas. Quando crianças, conseguimos tudo isso, sim, por que temos o apoio de todos que nos cercam, mas principalmente por que em nenhum momento nós pensamos que não somos capazes” (AUGUSTO BRANCO)*

Desde sempre falar sobre sexo, causa constrangimento, a ideia de que falar sobre essa temática com crianças causaria então a erotização das mesmas, assim como, a estimulação da atividade sexual. E correlacionam-se com uma das pragmáticas da escola em impor estes ensinamentos.

“Os horizontes da escola devem se ampliar cada vez mais, abrangendo conhecimentos sempre mais relevantes sobre adolescência e sexualidade, o que possibilitará o desenvolvimento de técnicas de abordagem ainda mais adequadas. Antes de mais nada, torna-se necessário buscar instrumentos que permitam melhor preparar aquele que vai orientar e, dentro desse enfoque, não só os professores de Ciências ou Biologia serão responsáveis pela transmissão do conteúdo, mas a escola como um todo. Esse conteúdo não mais contemplará a reprodução em detrimento da sexualidade. A educação sexual é, sim, um meio e não um fim, fazendo-se clara a necessidade de haver reflexão sobre as singularidades de cada faixa etária e sobre os fatores de risco. Para isto, talvez o primeiro passo seja reconhecer a criança como ser sexuado e o adolescente desvinculado dos estereótipos que o ligam à liberação dos costumes, ao erotismo excessivo e à promiscuidade; é igualmente importante não encarar a sexualidade como sinônimo de sexo ou atividade sexual, mas, sim, como parte inerente do processo de desenvolvimento da personalidade” (SAITO, 2000, p. 45)

Pensar em uma maneira articulada, despretensiosa, e de proteção ao indivíduo. Quando na verdade, o nosso dia a dia, está propondo medidas em que expõem a sexualidade em pauta. A sociedade patriarcal em suma, erotiza esse processamento de informações. O acesso às pornografias, e ao exibicionismo do corpo como forma de vender ou anunciar produtos na rede televisionada, por exemplo.

Levando em consideração que a atividade sexual acontece cada vez mais precoce, na vida de crianças e adolescentes, muitas vezes sem o devido conhecimento e implicações sobre o ato, podemos definir que a promoção de saúde, a educação e sexualidade são termos indispensáveis e indissociáveis (SOUSA, 2021).

Educação sexual é ensinar a pensar, é conversar sobre quaisquer questões, oportuni-

zando a mesma, para dialogar sobre eventuais dúvidas e propiciar assim, um melhor entendimento sobre si mesmo. Evidenciando cada vez mais que, escola é um lugar viável e adequado para falar sobre questões ligadas ao corpo e ao sexo. Conversar sobre preconceitos, tabus, medos, oportunizar as crianças para que se desfaçam de opiniões errôneas a respeito da vida sexual. É ouvir e deixá-los expressarem sentimentos e debater suas opiniões acerca do tema. Instigar valores morais como o respeito frente aos demais colegas presentes. É ofertar espaço de fala e escuta, praticando a empatia no ambiente da sala de aula. (FIGUEIRÓ, 2001)

Levando em consideração que, a escola é uma das redes de garantias de direitos e proteção das crianças e adolescentes, então é neste ambiente em que se viabiliza discursos sobre a educação sexual, sobre o que pode ou não ser possível. Quem e quando pode invadir o espaço desta criança e por qual motivo, e saber distinguir o que é permissível, o que é necessário, e exponencialmente quando perpassa a ser um abuso sexual. “Em poucas palavras, a proposta da educação sexual deve conter liberdade, responsabilidade e compromisso, a informação funcionando como instrumento para que adolescentes de ambos os sexos possam ponderar decisões e fazer escolhas mais adequadas” (SAITO, 2000, p. 46)

Surge então a necessidade da formação continuada do educador, na qual contribuirá para o desenvolvimento pessoal e profissional do professor e para a melhoria da qualidade do seu ensino, contextualizando dessa forma, uma reflexão concomitante sobre o seu trabalho em sala de aula (FIGUEIRÓ, 2001)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o procedimento das leituras de alguns estudos e a seleção das principais temáticas a serem trabalhadas, foi selecionado um total de 18 estudos, entre eles artigos e livros de base, nos quais foram trabalhados no curso deste presente estudo. Os dados então, foram submetidos ao mesmo, considerando o objetivo do estudo, ressaltando e identificando os temas trabalhados.

Diante do objetivo da orientação sexual que diz respeito à contribuição para com o ensino dos alunos, desenvolvendo e exercendo a sexualidade do indivíduo com prazer, saúde e responsabilidade. De forma transversal e em consonância às visões múltiplas e singulares de cada sujeito em questão, respeitando seu caráter cultural e sociohistórico. Buscando as melhorias das práticas e coerências intituladas ao sistema educacional brasileiro.

Para que contribua com inovação e significação entre a teoria e a prática educacional, tornando a inclusão da educação sexual ao mesmo tempo que um desafio, seja também uma oportunidade para acessibilidade e adequação de conhecimento de mundo e autodescoberta.

Haja visto que, todas as crianças têm determinado potencial para produzir e construir conhecimento, por isso requer do profissional extrair o que cada um pode ofertar de mais valioso. Dessa forma, resgata a importância de que o professor seja auto-formador quanto ao seu discernimento, confronte sua prática e busque evolução dos saberes necessários para ofertar este ambiente de saber.

## REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Z. Educação Sexual no 1.º CEB: Concepções, Obstáculos e Argumentos dos Professores para a sua (não) Consecução [tese de doutoramento]. Braga (PT): Universidade do Minho; 2007

ALENCAR, Rúbia de Aguiar *et al.* Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 14, p. 159-168, 2008.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. *Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*, v. 9, n. 19, p. 221-243, 2019.

CALDEIRA, Ermelinda; LOPES, Manuel José. Educação sexual na escola—contextos para a mudança. 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites. 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O psicólogo e a Educação Sexual. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, v. 21, n. 40, p. 131-140, 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola sexual education: how to teach in the school environment. *Revista linhas, florianópolis*, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FURLANETTO, Milene Fontana *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, p. 550-571, 2018.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa*, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MOLINA, Ana Maria Ricci; SANTOS, Welson Barbosa. Educação sexual e currículo de ciências/biologia: desafios à prática docente. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 13, n. 3, p. 1149-1163, 2018.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *Sexualidade e infância*, p. 17-34, 2005.

RIBEIRO, Marcos; REIS, Wagner. Educação sexual. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 18, n. 2, 2007.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, p. 129-140, 2009.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação sexual na escola. *Pediatria*, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SOUSA, Alexia Jade Machado *et al.* EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: um desafio possível. *Psicologia e Saúde em debate*, v. 7, n. 1, p. 15-26, 2021.

SOUZA, Aline Patrícia; DA COSTA MILANI, Débora Raquel; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual e o papel do educador: reflexões a partir de um contexto social em

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. Revista Brasileira de Educação, v. 22, p. 453-474, 2017

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. Revista brasileira de sexualidade humana, v. 6, n. 1, 1995.

## ANEXOS

### ANEXO A – LEI N.º 60/2009 DE 6 DE AGOSTO - ESTABELECE O REGIME DE APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM MEIO ESCOLAR

*Diário da República, 1.ª série—N.º 151—6 de Agosto de 2009*

5097

#### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Lei n.º 60/2009**

**de 6 de Agosto**

#### **Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto e âmbito**

1 — A presente lei estabelece a aplicação da educação sexual nos estabelecimentos do ensino básico e do ensino secundário.

2 — A presente lei aplica-se a todos os estabelecimentos da rede pública, bem como aos estabelecimentos da rede privada e cooperativa com contrato de associação, de todo o território nacional.

#### **Artigo 2.º**

##### **Finalidades**

Constituem finalidades da educação sexual:

a) A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa;

b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade;

c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens;

d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infeções sexualmente transmissíveis;

e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais;

f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais;

g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada;

h) A promoção da igualdade entre os sexos;

i) O reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde;

j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos;

k) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual.

#### **Artigo 3.º**

##### **Modalidades**

1 — No ensino básico, a educação sexual integra-se no âmbito da educação para a saúde, nas áreas curriculares não disciplinares, nos termos a regulamentar pelo Governo.

2 — No ensino secundário, a educação sexual integra-se no âmbito da educação para a saúde, nas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, nos termos a regulamentar pelo Governo.

3 — No ensino profissional, a educação sexual integra-se no âmbito da educação para a saúde, nos termos a regulamentar pelo Governo.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica a transversalidade da educação sexual nas restantes disciplinas dos currículos dos diversos anos.

#### **Artigo 4.º**

##### **Conteúdos curriculares**

Compete ao Governo definir as orientações curriculares adequadas para os diferentes ciclos de ensino.

#### **Artigo 5.º**

##### **Carga horária**

A carga horária dedicada à educação sexual deve ser adaptada a cada nível de ensino e a cada turma, não devendo ser inferior a seis horas para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, nem inferior a doze horas para o 3.º ciclo do ensino básico e secundário, distribuídas de forma equilibrada pelos diversos períodos do ano lectivo.

#### **Artigo 6.º**

##### **Projecto educativo de escola**

A educação sexual é objecto de inclusão obrigatória nos projectos educativos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, nos moldes definidos pelo respectivo conselho geral, ouvidas as associações de estudantes, as associações de pais e os professores.

#### **Artigo 7.º**

##### **Projecto de educação sexual na turma**

1 — O director de turma, o professor responsável pela educação para a saúde e educação sexual, bem como todos os demais professores da turma envolvidos na educação sexual no âmbito da transversalidade, devem elaborar, no início do ano escolar, o projecto de educação sexual da turma.

2 — Do projecto referido no número anterior, devem constar os conteúdos e temas que, em concreto, serão abordados, as iniciativas e visitas a realizar, as entidades, técnicos e especialistas externos à escola, a convidar.

#### **Artigo 8.º**

##### **Personal docente**

1 — Cada agrupamento de escolas e escola não agrupada deve designar um professor-coordenador da educação para a saúde e educação sexual.

2 — Cada agrupamento de escolas e escola não agrupada deverá ter uma equipa interdisciplinar de educação para a saúde e educação sexual, com uma dimensão adequada ao número de turmas existentes, coordenada pelo professor-coordenador.

3 — Compete a esta equipa:

a) Gerir o gabinete de informação e apoio ao aluno;

b) Assegurar a aplicação dos conteúdos curriculares;

c) Promover o envolvimento da comunidade educativa;

d) Organizar iniciativas de complemento curricular que julgar adequadas.

4 — Aos professores-coordenadores de educação para a saúde e educação sexual, aos professores responsáveis em cada turma pela educação para a saúde e educação sexual e aos professores que integrem as equipas interdisciplinares de educação para a saúde e educação sexual, é garantido, pelo Ministério da Educação, a formação necessária ao exercício dessas funções.

5 — Cada turma tem um professor responsável pela educação para a saúde e educação sexual.

6 — As habilitações necessárias, bem como as condições para o exercício das funções definidas no presente artigo, devem ser fixadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

#### Artigo 9.º

##### Parcerias

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a educação para a saúde e a educação sexual deve ter o acompanhamento dos profissionais de saúde das unidades de saúde e da respectiva comunidade local.

2 — O Ministério da Saúde assegura as condições de cooperação das unidades de saúde com os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas.

3 — O Ministério da Educação e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas podem ainda estabelecer protocolos de parceria com organizações não governamentais, devidamente reconhecidas e especializadas na área, para desenvolvimento de projectos específicos, em moldes a regulamentar pelo Governo.

#### Artigo 10.º

##### Gabinetes de informação e apoio

1 — Os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário devem disponibilizar aos alunos um gabinete de informação e apoio no âmbito da educação para a saúde e educação sexual.

2 — O atendimento e funcionamento do respectivo gabinete de informação e apoio são assegurados por profissionais com formação nas áreas da educação para a saúde e educação sexual.

3 — O gabinete de informação e apoio articula a sua actividade com as respectivas unidades de saúde da comunidade local ou outros organismos do Estado, nomeadamente o Instituto Português da Juventude.

4 — O gabinete de informação e apoio funciona obrigatoriamente pelo menos uma manhã e uma tarde por semana.

5 — O gabinete de informação e apoio deve garantir um espaço na Internet com informação que assegure, prontamente, resposta às questões colocadas pelos alunos.

6 — As escolas disponibilizam um espaço condigno para funcionamento do gabinete, organizado com a participação dos alunos, que garanta a confidencialidade aos seus utilizadores.

7 — Os gabinetes de informação e apoio devem estar integrados nos projectos educativos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, envolvendo especialmente os alunos na definição dos seus objectivos.

8 — O gabinete de informação e apoio, em articulação com as unidades de saúde, assegura aos alunos o acesso aos meios contraceptivos adequados.

#### Artigo 11.º

##### Participação da comunidade escolar

1 — Os encarregados de educação, os estudantes e as respectivas estruturas representativas devem ter um papel activo na prossecução e concretização das finalidades da presente lei.

2 — Os encarregados de educação e respectivas estruturas representativas são informados de todas as actividades curriculares e não curriculares desenvolvidas no âmbito da educação sexual.

3 — Sem prejuízo das finalidades da educação sexual, as respectivas comunidades escolares, em especial os conselhos pedagógicos, podem desenvolver todas as acções de complemento curricular que considerem adequadas para uma melhor formação na área da educação sexual.

#### Artigo 12.º

##### Regulamentação

O Governo regulamenta a presente lei no prazo de 60 dias após a sua publicação.

#### Artigo 13.º

##### Avaliação

1 — O Ministério da Educação deve garantir o acompanhamento, supervisão e coordenação da educação para a saúde e educação sexual nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo responsável pela produção de relatórios de avaliação periódicos baseados, nomeadamente, em questionários realizados nas escolas.

2 — O Governo envia à Assembleia da República um relatório global de avaliação sobre a aplicação da educação sexual nas escolas, baseado nos relatórios periódicos, após os dois anos lectivos seguintes à entrada em vigor da presente lei.

#### Artigo 14.º

##### Entrada em vigor

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, devendo ser aplicada nas escolas a partir da data de início do ano lectivo de 2009-2010.

2 — Os gabinetes de informação e apoio ao aluno devem estar em funcionamento em todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas até ao início do ano lectivo de 2010-2011.

Aprovada em 4 de Junho de 2009.

O Presidente da Assembleia da República, *Armando Gama*.

Promulgada em 23 de Julho de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANÍBAL CAVACO SILVA*.

Referendada em 23 de Julho de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, dedico toda minha construção acadêmica a minha irmã gêmea, Thayná Andrade, por todo acolhimento, escuta, críticas construtivas e afagos que enlevaram a minha alma e permitiu meu florescer. A quem esteve comigo do gestar até os dias de hoje, dividindo desde os sonhos aos anseios comigo. Começamos a faculdade juntas, você no sonho da Enfermagem e eu no percurso da Psicologia. Em que sempre remetemos a nossa jornada como a verdadeira crítica da razão e da emoção. Eu cuido de você e você de mim. O cérebro e o coração. Imprescindivelmente necessários, e que diante da magnificência do funcionar biológico do ser humano, um não conseguiria viver sem o outro, tornando-nos inseparáveis em quaisquer âmbitos.

Aos meus pais, que sempre estiveram torcendo por mim e me encorajando em todas as etapas da minha vida. Ao grande homem que segurou minhas mãos e acolheu minhas dores, demonstrando orgulho, e satisfação pela mulher que venho me tornando e pelo exemplo de serenidade e competência. A minha mãe que sempre acreditou nos meus sonhos e nas empreitadas

da vida. A quem absteve totalmente de seus desejos para ajudar meu percurso de formação acadêmica. A você, minha guerreira, o meu muito obrigada.

A minha avó Maria de Lourdes, que desde o início da faculdade me inspira e me encoraja para ser uma profissional reconhecida, e realizada. A matriarca a quem tenho o orgulho imenso e o peito cheio de gratidão. A quem sempre esteve do meu lado nas madrugadas de estudos e nas turbulências diárias. Espero retribuir à altura todo seu apoio e dedicação.

Ao meu avô Francisco das Chagas (in memoriam) todo meu amor, carinho e gratidão. A quem semeou grandes ensinamentos e historicidades. Quem demarcou meu peito de saudades e de grandes batalhas. A quem pude ter o privilégio de ser neta, e pequeno aprendiz. Meu diploma será sempre seu, para que possa, mesmo que simbolicamente, constatar todo meu esforço diante do exemplo de garra e sabedoria que nos pranteou.

À minha orientadora Jorgeanny Gomes, uma verdadeira fonte de afago, generosidade, sapiência e sempre com um belo sorriso no rosto. Onde abarca um caráter altamente vislumbrado de ética e profissionalismo, regada de muito empenho, coragem e paciência. Em meio a tantas qualidades, expresse minha tamanha gratidão por aceitar ser parte imprescindível desta construção acadêmica, contribuindo de maneira enriquecedora os primeiros passos para a caminhada árdua e compensatória da docência. Sempre se mostrando disponível e engajada no projeto, de uma inteligência indizível. Sempre esteve incentivando e aplaudindo as pequenas e minuciosas vitórias. É nítido que os passos pelos quais conseguir avançar foi comemorado como se fossem seus. Infelizmente te conheci no último momento da faculdade, no final do curso, mas de certo modo, serviu para guardar de forma linda e mágica o quanto foi meu caminhar. Sem dúvidas, a sua passagem se fez, faz e fará de suma importância. Diante disto, faltam-me palavras para descrever o quanto você é incrível, e que sou sua fã de carteirinha. Saiba que, o seu brilho é incalculável, insubstituível. Brilhe o quanto puder, o seu potencial é gigantesco. Quero acompanhar sua trajetória cada vez mais. A psicologia precisa de pessoas como você.

Aos familiares que estiveram comigo e que de alguma forma se fizeram presentes e puderam contribuir na minha jornada, meu muitíssimo obrigada. A satisfação em honrá-los é importante e tão quanto valorosa ao meu sentimento de dever cumprido.

Aos meus amigos e futuros psicólogos que dividiram ao longo desses cinco anos, o discernimento e as dificuldades que nos fortaleceram e encorajam-nos a sermos profissionais competentes e éticos. Dedico a vocês, o meu muito obrigada e a perspicácia de sempre estarmos uns com os outros sempre.

Toda minha gratidão e apreço àqueles que fizeram parte do meu percurso escolar. Sem sombra de dúvidas, o ensino de qualidade e a perspicácia de cada professor, desde os da educação básica, aos que se fazem presentes na graduação. Sim, vocês foram genuinamente importantes. A potência e a inspiração de ser um bom profissional em breve, é resultado de uma boa aposta educacional de todos vocês. Os sonhos em ser um docente melhor, em acreditar no ensino que perpassa a cada ano, e no sorriso de gratificação em fazer parte desse processo. A todos vocês, um grande abraço e um coração cheio de orgulho em fazer parte do time de vocês.

Agradeço em especial a Raquel Firmino e Yasmin Falcão. Vocês transformaram em beleza e leveza o caminhar no constructo da minha formação. Tornaram meu coração mais puro e cheio de gratidão. Obrigada pelas infindáveis conversas, regadas de risadas, e pela companhia

quando me fiz por desistir. Pelas palavras de apoio e atitudes que alicerçaram minha caminhada, e que me mantiveram até aqui. Como sempre deixamos bem claro: Três amigas, três diferentes abordagens diante de uma só ciência. Descobrimo-nos juntas de forma leve e natural, maneiras de lidar com o processo árduo e tênue da faculdade. Em meio a tanto caos, redescobrimos o prazer de desfrutar umas das outras, à base de confiança, limites, possibilidades e grandes sonhos. Incentivamos diariamente e nos emponderamos. Meu muitíssimo obrigada, pelas palavras de força, coragem e perseverança. Desejo a nós um futuro brilhante, cheio de amor, ética e profissionalismo.